



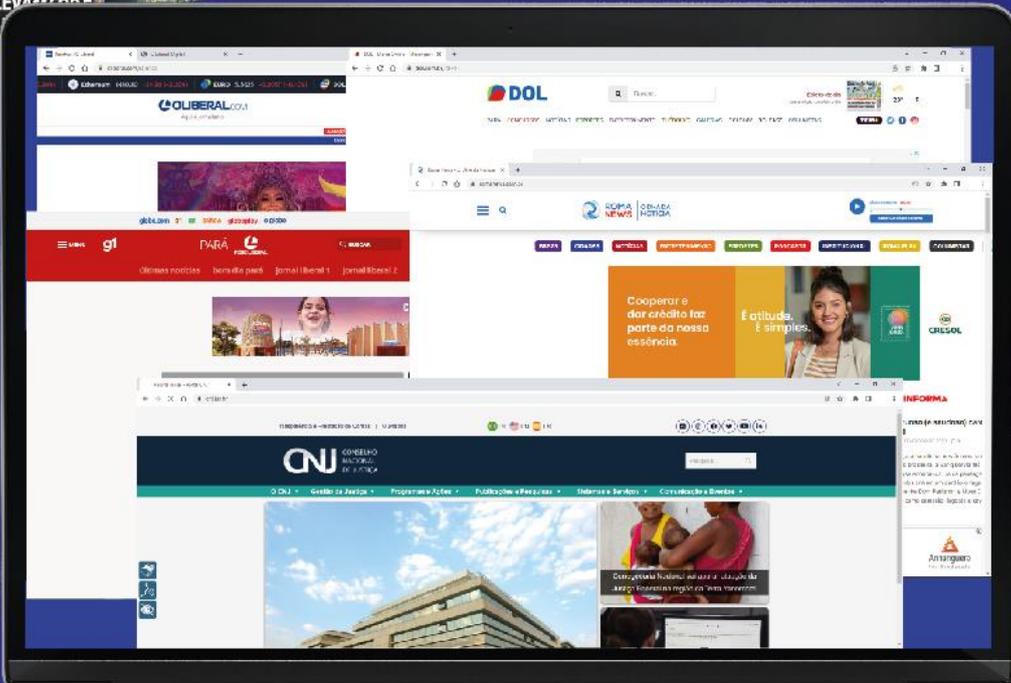
# CLIPPING

Sexta-feira  
1º de Março  
de 2024



**SEU BOLSO**  
**SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO**

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



# REPÓRTER

# 70

## EM POUCAS LINHAS

● A Estrutura Engenharia divulgou, ontem, nota informando que o empreendimento Fort Litoranium não possui obra embargada, suspensa ou paralisada. A empresa garantiu também que não tem nenhum tipo de restrição legal, ordem de impedimento, liminar de suspensão de obra, cassação de seus alvarás, licenças, registros ou qualquer outro tipo de ação ou ordem judicial que impeça o bom e perfeito andamento da obra.

● As informações são uma resposta às notícias de que a obra havia sido paralisada por decisão judicial. Na nota, a Estrutura Engenharia esclarece que a Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Ministério Público, não é contra a Estrutura Engenharia, e sim contra a Câmara de Vereadores e o município de Salinópolis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

---

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Márcio Góes, secretário de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. FOTO: TJPA.

## Empresas têm 90 dias para aderir ao DJ-e

### JUDICIÁRIO

Luiz Flávio

As grandes e médias empresas de todo o país terão, a partir de hoje, 90 dias para se cadastrarem voluntariamente no Domicílio Judicial Eletrônico (DJ-e), ferramenta do Programa Justiça 4.0 que centraliza as comunicações de processos de todos os tribunais brasileiros numa única plataforma digital. Após 30 de maio, o cadastro será feito de forma compulsória, a partir de dados da Receita Federal, porém, sujeito a penalidades e riscos de perda de prazos processuais.

A citação por meio eletrônico foi instituída no artigo 246 do Código de Processo Civil. Em 2022, a Resolução CNJ nº 455 regulamentou a lei e determinou que as comunicações processuais fossem realizadas exclusivamente pelo Domicílio. O cadastro passou a ser obrigatório para União, Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades da administração indireta e empresas públicas e privadas.

A ferramenta também trouxe mudanças nos prazos para leitura e ciência das informações expedidas: três dias úteis após o envio de citações pelos Tribunais e 10 dias corridos para intimações. Além de atraso em processos, o desconhecimento das regras pode trazer prejuízos financeiros. Quem deixar de confirmar o recebimento de citação encaminhada ao Domicílio no prazo legal e não justificar a ausência estará sujeito a multa de até 5% do valor da causa por ato atentatório à dignidade da Justiça.

Márcio Góes, secretário de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) diz que o cadastro desenvolvido pelo CNJ proporciona agilidade processual, simplificando o trâmite processual, permitindo o recebimento de citações, intimações e notificações de forma eletrônica, agilizando os procedimentos judiciais e reduzindo o tempo de resposta das empresas. "Sem falar na economia de recursos. Ao eliminar a necessidade de deslocamentos e o uso de papel, o DJ-e contribui para a redução

### PARA ENTENDER

#### DJ-E

- O Domicílio Judicial Eletrônico é uma solução 100% digital e gratuita que busca facilitar e agilizar as consultas para quem recebe e acompanha citações, intimações e demais comunicações de processo enviadas pelos Tribunais brasileiros.

- Além de garantir maior rapidez aos processos judiciais, a digitalização e a centralização das informações permitem economia de recursos humanos e financeiros utilizados na prestação de serviços pelo Poder Judiciário. Com a implementação do sistema, os Tribunais podem reduzir em 90% os custos de envio das comunicações antes expedidas pelos Correios ou por meio de visita de oficiais de justiça.

- A liberação do Domicílio ocorre em fases, de acordo com o público-alvo. A primeira etapa aconteceu em 2023 e foi direcionada a bancos e instituições financeiras, com apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). No total, mais de 9 mil empresas do setor se cadastraram. A fase atual mira o cadastro de empresas privadas de todo o país, com um público estimado em 20 milhões de empresas ativas, de acordo com dados do Painel de Registro de Empresas, do Governo Federal.

de custos operacionais das empresas, gerando economia de recursos financeiros e ambientais".

O sistema também oferece uma plataforma segura e confiável para o envio e recebimento de documentos judiciais, garantindo a integridade e a autenticidade das informações, além de proporcionar maior controle sobre o andamento dos processos. "Com o DJ-e, as empresas têm acesso fácil e rápido aos seus processos judiciais a qualquer momento e de qualquer lugar, por meio da internet, facilitando a consulta de documentos e o acompanhamento das movimentações processuais", diz o secretário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## MP denuncia 21 pessoas por fraude em concurso em Parauapebas

### ESQUEMA

Na última terça-feira, 27, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através dos Promotores de Justiça de Parauapebas Magdalena Jaguar (7ª Promotoria Criminal) e Alan Pierrre Chaves Rocha (4ª PJ de Improbidade Administrativa), ofereceu denúncia contra de 21 pessoas indicadas por fraude na prova de concurso público para a Prefeitura Municipal, realizado nas datas de 19 e 26 de novembro de 2023.

A denúncia é respaldada na conclusão de Inquérito Policial instaurado no mês de novembro de 2023, pelo delegado de Polícia Civil Gabriel Henrique Alves Costa.

O concurso público foi realizado para atender determinação judicial, após ação civil pública do MPPA, que havia detectado o déficit de servidores públicos nas secretarias do município de Parauapebas.

De acordo com a denúncia, o estopim da fraude chegou ao conhecimento das autoridades policiais após uma candidata ser flagrada em Palmares, zona rural de Parauapebas, no dia da aplicação da prova e portando o gabarito da prova antes mesmo da realização do exame. Após a descoberta, a Prefeitura de Parauapebas então suspendeu o concurso, o qual obteve participação de mais de 40 mil candidatos, inclusive muitos vindos de

outros municípios e Estados da federação.

Além disso, segundo o Disque Denúncias do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, há registros de denunciante anônimos alegando que candidatos teriam utilizado ponto eletrônico e relógios durante a aplicação do certame. Os próprios candidatos relatam terem desembolsado uma quantia de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, para utilizar o equipamento, e que receberam orientações prévias em reuniões anteriores com outros candidatos que ficaram encarregados de encontrar pessoas dispostas a pagar o valor dos gabaritos.

Durante a investigação, a Fundação Amparo e De-



**Certame** teve participação de mais de 40 mil candidatos e atendeu determinação judicial  
FOTO: MARCELO LELIS / AGENCIA PARA

envolvimento da Pesquisa (Fadesp) forneceu os cartões respostas dos candida-

tos ao cargo de auxiliar administrativo e fiscal de vigilância sanitária, na qual

foram observadas respostas idênticas da candidata descoberta em Palmares.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RC REPÓRTER  
CARAJÁS****JUSTIÇA RESTABELECE LICENÇAS**

Decisões liminares foram proferidas pela 1ª Vara Cível de Canaã dos Carajás e pela Vara Cível de Ourilândia do Norte, restabelecendo as Licenças de Operação das referidas minas. Em um comunicado enviado à redação, a Vale reiterou seu compromisso de manter diálogo com as autoridades competentes. Na última semana, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas) havia suspenso as licenças de operação da mina de Sossego em Canaã dos Carajás e da mina de Onça Puma em Ourilândia do Norte, ambas pertencentes à mineradora Vale.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Em Belém, Encontro da Patrulha Maria da Penha reunirá PM, Bombeiros e Forças Armadas

🕒 29 de fevereiro de 2024 - 📁 Notícias do Judiciário | Agência CNJ de Notícias



Semana Justiça pela Paz em Casa - Foto: Chico Batata / Arquivo TJAM

Compartilhe

Trezentos e sessenta policiais militares e sessenta efetivos do Corpo de Bombeiros, num total de 420 militares, vão participar do 1º Encontro das Patrulhas Maria da Penha – o atendimento civil e militar com perspectiva de gênero, nos dias 4 e 5 de março, a partir de 9h30, no auditório Desa. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, localizado no Anexo I do Edifício-Sede do TJPA,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

avenida Almirante Barroso, 3089, bairro do Souza, em Belém. Vão participar do encontro militares da PM, do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas. As inscrições para o encontro podem ser feitas [aqui](#)

A informação sobre a participação dos militares foi confirmada pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, coordenadora das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPA (CEVID), responsável pela organização do encontro, uma das iniciativas da 26ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa, promovida em todo o País pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executada, no Estado, pelo TJPA. A magistrada esteve nos comandos para reiterar a importância de incorporar a perspectiva de gênero na atuação das forças de segurança.

Acompanhada pela pedagoga Riane Freitas, da CEVID, a desembargadora Maria de Nazaré Saavedra esteve nesta quinta-feira, 29, com os comandantes da Polícia Militar, o coronel QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior, e do Corpo de Bombeiros Militar, Coronel QOBM Jayme de Aviz Benjó, para formalizar o convite às duas instituições, quando obteve a confirmação e o número de militares mobilizado, em cada uma das corporações, para participar do encontro.

Entre 9h30 e 10h30, haverá as participações da desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Adriana Melo; da representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a professora e cientista social Juliana Lemes, e mediação da juíza Carolina Cerqueira de Miranda.

Entre 10h45 e 11h45, o tema será “A importância do serviço da Patrulha Maria da Penha para as mulheres em situação de violência doméstica”, com a juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Infância e Juventude e juíza auxiliar da CEVID, Rubilene Rosário; a juíza de Direito Titular da 3ª Criminal de Icoaraci, Cláudia Favacho; e o juiz titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Marabá, Alexandre Arakaki. A mediação continuará com a juíza Carolina Cerqueira de Miranda.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Das 11h45 às 12h30, será tratado “O atendimento militar com perspectiva de gênero, com o coordenador de Políticas de Prevenção – MAJ QOBM Ms. Rodrigo Martins do Vale; e MAJ QOPM Érica Amanda da Silva Batista – Comandante da Ciepas.

À tarde, o “Formulário de avaliação de risco como instrumental da rede de atendimento” será tratado pelo Ms. Rafael Falcão, psicólogo do TJPA, entre 14h30 e 15h15.

Das 15h30 às 17h, haverá “Práticas de atuação das Patrulhas Maria da Penha do Estado do Pará: um relato de experiências (1 representante de cada patrulha presente), com integrantes das Patrulhas Maria da Penha, Servidores da Segurança Pública e público em geral; e mediação da juíza auxiliar da CEVID, Rubilene Silva Rosário.

A certificação será feita pela EJPA às 16h.

### **Patrulha**

No dia 5, das 9h às 12h, haverá reunião de trabalho da Patrulha Maria da Penha, na Sala da Escola Judicial, com integrantes do serviço. Inscrição pode ser feita acessando-se o seguinte link: <https://ejpa.tjpa.jus.br/novo/#/>

A certificação pela EJPA será às 16h.

No dia 6, das 9h às 12h, haverá Projeto Judiciário na Escola, no Auditório do Fórum Criminal.

### **Prêmio**

No Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, às 19h, haverá o Prêmio Myrthes Gomes de Campos 2024, com aula magna da Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, coordenadora da CEVID/TJPA, no Auditório David Mufarrej, na Unama da Alcindo Cacela.

Às 19h30, a Coordenadoria Estadual das Mulheres do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e as políticas judiciárias no enfrentamento à violência contra a

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

mulher, com a Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPA.

Às 20h, 30 anos da Convenção de Belém do Pará e os avanços no enfrentamento à violência de gênero, com Riane Freitas – Analista Judiciário/Pedagogia da Coordenadoria Estadual das Mulheres em situação de Violência Doméstica/CEVID

Às 20h30, Lei 14.550/2023 e as alterações da Lei Maria da Penha, com Renata da Mota Giordano – Analista Judiciário/Direito – Coordenadoria Estadual das Mulheres em situação de Violência Doméstica/CEVID

Fonte: [TJPA](#)

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Suspeito de estuprar adolescentes no ES é preso no Pará; homem era foragido e condenado pelos mesmos crimes

Cleuson Ferreira de Souza era foragido da Justiça do Estado do Pará, onde foi condenado por estupro e estupro de vulnerável. Polícia capixaba conduziu investigações e acredita em mais vítimas.

Por **Ana Elisa Bassi**, g1 ES

29/02/2024 14h48 · Atualizado há 22 horas



Suspeito de estuprar menores de 13 anos no ES é preso no Pará. Espírito Santo — Foto: Reprodução/Polícia Civil ES

Um homem de 33 anos, suspeito de ser um estuprador em série, foi preso no Pará. Cleuson Ferreira de Souza era foragido da Justiça do estado do Norte do Brasil desde 2017, onde foi condenado por estupro e estupro de vulnerável. Entretanto, a prisão aconteceu após a Polícia Civil do Espírito Santo (PCES)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

receber denúncias de duas vítimas capixabas, de 12 e 13 anos, feitas no último ano.

A prisão aconteceu no início do mês de fevereiro, mas as informações foram divulgadas nesta quinta-feira (29). Cleuson estava na casa da mãe e não resistiu à prisão.

De acordo com a Polícia Civil, o suspeito fez pelo menos duas vítimas no estado, uma em março do ano passado, outra em janeiro deste ano. Nos dois casos, o suspeito invadiu residências em Vila Velha, na Grande Vitória, onde as adolescentes estavam sozinhas.

Três meses após o primeiro caso no Espírito Santo, Cleuson foi reconhecido pela vítima na rua. Chegou a ser preso pela Polícia Militar e liberado por não ser uma situação de flagrante.

"Com as investigações, os policiais descobriram que Cleuson apresentou nome e documentos falsos, de uma pessoa que seria do estado de São Paulo e, por isso, o mandado de prisão em aberto não constou no sistema nesta primeira abordagem", explicou a delegada adjunta da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Gabriella Zache.

Neste momento, a Polícia Civil do estado de São Paulo foi acionada e posteriormente a Polícia Civil do estado do Pará.

Na ocorrência da segunda vítima capixaba, Cleuson chegou a morar no prédio da adolescente e isso foi usado como desculpa para voltar ao local.

"Ele disse que estava no prédio procurando plantas, bateu na porta da casa da menina e pediu uma faca emprestada. Na hora de devolver, ameaçou a vítima, invadiu o apartamento e cometeu o estupro", contou Gabriella.

Após a segunda denúncia, a polícia percebeu que se tratava da mesma pessoa do ano passado, mas o suspeito fugiu para o estado do Pará, onde permaneceu até o momento da prisão.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

No Espírito Santo, o último emprego de Cleuson foi como despachante de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT).

A polícia não tem informações sobre crimes de estupro que possam ter sido cometidos em São Paulo, entretanto, acredita que mais vítimas possam ter sido feitas no Espírito Santo e pede que as famílias denunciem.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)